

RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.743 - TO (2015/0134751-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : AGRIFLORA EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS E FLORESTAIS
LTDA - ME
ADVOGADOS : CHRYSTIAN ALVES SCHUH - GO018143
PAULO HENRIQUE ALVES FERNANDES E OUTRO(S) -
GO030660
RECORRIDO : ERIVAN CORREIA BARRETO
RECORRIDO : RAIMUNDA BEZERRA BARRETO
RECORRIDO : GISSELI BERNARDES COELHO
RECORRIDO : LUIZ TADEU GUARDIERO AZEVEDO
ADVOGADOS : GISSELI BERNARDES COELHO - TO000678
LUIZ TADEU GUARDIERO AZEVEDO - TO000116B

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **AGRIFLORA EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS E FLORESTAIS LTDA - ME**, com fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, assim ementado (fl. 624, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL – ANULATÓRIA DE ATO DE ADJUDICAÇÃO – CARTA DE ADJUDICAÇÃO – ARTIGO 685-A – TERMO INICIAL PARA EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO – A PARTIR DA ASSINATURA DA CARTA. O termo inicial para oposição de embargos é o da assinatura do auto de adjudicação ou arrematação, independentemente de intimação do executado. Recurso conhecido e improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 644-649, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 661-677, e-STJ), a recorrente aponta violação dos arts. 165, 458, 535, II, 685-A, 685-B, 694, § 1º e 746 do CPC/73. Sustenta, em síntese: **a)** a negativa de prestação jurisdicional; **b)** a nulidade da adjudicação sem a concessão do prazo para manifestação; **c)** nulidade da adjudicação realizada pela Drª Gisseli Bernardes Coelho, porquanto ausente o depósito imediato do valor remanescente.

Contrarrazões às fls. 681-691, e-STJ, e após decisão de admissão do recurso especial (fl. 692-694, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal **não** merece prosperar.

1. Inicialmente, no tocante à apontada violação dos artigos 165, 458 e 535, II, do CPC/73, vigente à época, deve ser ressaltado que no recurso especial há somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, **sem especificação das teses que supostamente deveriam ter sido analisadas pelo acórdão recorrido**. Ante a deficiente fundamentação do recurso neste ponto, incide a Súmula 284 do STF: É inadmissível o

recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Dentre os vários precedentes a respeito, destaca-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. 1. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. 2. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 3. JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA N. 284 DO STF. 4. ALEGADA OFENSA DE ENUNCIADO DE SÚMULA. SÚMULA 518/STJ. 5. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 6. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS INVIÁVEL. SÚMULA 7/STJ. 7. AGRAVO IMPROVIDO. 1. É evidente a inadequação da via recursal eleita para alegação de ofensa a dispositivo constitucional, pois a matéria é de competência do STF. 2. Em relação à negativa de prestação jurisdiccional, verifica-se que a parte ora recorrente se limitou a defender genericamente a ocorrência de violação do artigo 535 do CPC/1973, sem especificar concretamente sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido nos vícios de omissão, contradição ou obscuridade, de maneira que se revela inadmissível o recurso especial no ponto, ante a deficiência em sua fundamentação, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada analogicamente pelo STJ. [...] 7. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1200579/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS MONITÓRIOS. IMPUGNAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE NULIDADE. ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO DA QUITA POR DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. ESCRITURA NÃO OUTORGADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535, II, do antigo CPC/1973, pois as alegações que a fundamentaram são genéricas, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado. Incide, no caso, por analogia, a Súmula 284/STF. [...] 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 995.819/BA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 01/03/2017).

2. Quanto à apontada ofensa aos arts. 685-B, 694, § 1º e 746 do CPC/73, aduz a insurgente que *"a carta só pode ser expedida após o transcurso do prazo quinquenal para propositura de embargos, e caso sejam opostos, somente será possível sua expedição após o julgamento dos embargos"* (fls. 671, e-STJ). Alega, ainda, a falta de assinatura do escrivão nos autos de adjudicação.

Quanto ao ponto, o Tribunal local se pronunciou nos seguintes termos:

Pelo estudo do apelo vejo que o recorrente alega não ter lhe sido oportunizado o prazo de embargos à adjudicação, e para tanto aduz que é imprescindível que haja o interregno de 05 (cinco) dias entre a lavratura do auto e a efetiva expedição da carta.

Pois bem, mediante a leitura dos artigos 685-B e 746 ambos do CPC o prazo para apresentar os embargos é de cinco dias, contados da adjudicação, alienação ou arrematação:

Art. 685-B. A adjudicação considera-se perfeita e acabada com a lavratura e assinatura do auto pelo juiz, pelo adjudicante, pelo escrivão e, se for presente, pelo executado, expedindo-se a respectiva carta, se bem imóvel, ou mandado de entrega ao adjudicante, se bem móvel. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

Art. 746. É lícito ao executado, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da adjudicação, alienação ou arrematação, oferecer embargos fundados em nulidade da execução, ou em causa extintiva da obrigação, desde que superveniente à penhora, aplicando-se, no que couber, o disposto neste Capítulo. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

Em tese, nem mesmo a imprescindibilidade de intimação do executado existe no caso, eis que este é quem possui o ônus de controlar a data da efetiva assinatura do respectivo auto de adjudicação.

No caso em concreto, antes de se proferir a adjudicação foi determinada a intimação da empresa apelante para que se fizesse presente aos autos para se manifestar, entretanto esta se manteve inerte.

Desta forma, impertinente as afirmações da apelante no sentido de cerceamento de defesa, pois, sob a luz da regra da adjudicação inexistente qualquer ocorrência de desrespeito às normas constitucionais em defesa da executada.

Quanto ao referido vício, em decorrência da falta de assinatura da escrivã no auto de adjudicação, o ato teria sido sanado em tempo, conforme restou consignado na sentença. (fls. 621-622, e-STJ)

Como se vê, o acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual o termo inicial do prazo para oferecimento dos embargos à arrematação é a data da lavratura do auto de arrematação, consoante se extrai dos seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO. TERMO INICIAL. 1. Conta-se da data da assinatura do auto de adjudicação ou arrematação, independentemente de intimação do executado, o prazo para oposição de embargos. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo regimental a que se

nega provimento. (AgRg no AREsp 265.377/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 04/04/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. PREPARO. EXPEDIENTE BANCÁRIO. DIA ÚTIL SUBSEQUENTE. POSSIBILIDADE. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. LAVRATURA DO AUTO. SÚMULA 7/STJ. 1. Quando o recurso é interposto após o término do expediente bancário, admite-se o recolhimento do preparo no dia útil subsequente. Precedentes. 2. O termo inicial do prazo para oferecimento dos embargos à arrematação é a data da lavratura do auto de arrematação. Precedentes. 3. No caso, a data da lavratura do auto indicada pelo acórdão recorrido não pode ser revista nesta sede, em face do óbice da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 877.258/RN, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2011, DJe 15/08/2011).

Nesse contexto, o *decisum* está em consonância com o entendimento desta Corte Superior, incidindo na espécie a Súmula n. 83 do STJ.

Ademais, em relação a falta de assinatura do escrivão, denota-se que o Tribunal de origem concluiu expressamente que "*quanto ao referido vício, em decorrência da falta de assinatura da escrivã no auto de adjudicação, o ato teria sido sanado em tempo, conforme restou consignado na sentença*" (fls. 622, e-STJ). Para alterar tais conclusões seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ.

3. Por fim, a insurgente, nas razões do recurso especial, aponta violação do art. 685-A do CPC/73, verifica-se que a Corte local se pronunciou nos seguintes termos:

Acerca da adjudicação feita pela advogada em um dos lotes, passo adotar os fundamentos conduzidos pelo magistrado sentenciante: "o autor assinou a petição em conjunto concordando expressamente, evento 04, PET 13 dos anexos autos nº 5000020-27.2001.827.2722 , **o valor excedente ao crédito da advogada cabe ao autor ERIVAN BUENO, pois o valor dos terrenos foi abatido no seu crédito, cabe a princípio a ele questionar a falta de depósito da diferença e não a executada.**" (fls. 622, e-STJ).

Denota-se das razões recursais que a recorrente limitou-se a refutar a ausência de depósito imediato (antes da lavratura do auto de adjudicação e expedição da carta) do saldo remanescente referente a adjudicação, deixando de impugnar os demais fundamentos do acórdão recorrido, os quais são suficientes para manter o *decisum*, atraindo o óbice da Súmula n. 283 do STF.

4. Do exposto, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator